

DESIGUALDADE NO ACESSO À POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR:
trajetória escolar de universitários de classes populares**Samara Cristina Silva Pereira***

RESUMO

O texto aborda a desigualdade no acesso à educação superior pública, enfocando as trajetórias de universitários de classes populares. Buscou-se conhecer os elementos que as compõe e autorizaram o ingresso desses estudantes na Universidade. Adota-se a perspectiva teórica de Pierre Bourdieu, segundo a qual o sistema de ensino funciona de modo a conservar a estrutura de relação entre as classes. Conclui-se que os universitários de origem desfavorecida que chegaram ao ensino superior público, no curso de Serviço Social da UFPI, reúnem características escolares que os diferenciam dos demais de sua categoria social e que favoreceram o ingresso na universidade.

Palavras-Chave: educação superior, universitários, classes populares.

ABSTRACT

The text speeches of inequality in access for public higher education, showing the trajectories of university students of popular classes. Try its know the elements what form theirs and authorize the access on this students in the university. Use its the Pierre Bourdieu theoretical perspective, what speeches education system works for preserve the relation between the classes. Conclude its what the university students on unfavorable origin what came for public higher education, in Social Service college degree of UFPI, collect features what differ of others your social category and what favored for the access in the university.

Keywords: higher education, university students, popular cases.

1 INTRODUÇÃO

Esse texto é parte do Trabalho de Conclusão de Curso que investigou as dificuldades de acesso e permanência na universidade entre estudantes com condições sociais desfavorecidas. O aspecto enfocado é o do acesso à política pública de educação superior entre estudantes pobres que chegaram à Universidade.

A demanda por educação superior, que nos anos de 1960 era principalmente dos segmentos médios e altos da sociedade, tem sido também, desde a década de 1990, daqueles pertencentes às classes populares. Isso decorre do alargamento da cobertura nos níveis de educação básica, expressa na taxa de escolarização líquida¹ de 93,8% no ensino

*Assistente Social – CEFET-PI. E-mail: samaraufpi@hotmail.com.

1 A taxa de escolarização líquida corresponde ao “percentual da matrícula em determinado nível de ensino e com idade adequada para cursá-lo, em relação à população na faixa etária adequada para cursar o referido nível de ensino”. No ensino fundamental, considera-se a população de 7 a 14 anos; no ensino médio, a população de 15 a 17, e no ensino superior, de 18 a 24 anos (INEP, 2006, p.383).

fundamental e de 44,4% no ensino médio (RISTOFF; GIOLO, 2006), e também das exigências de mão-de-obra qualificada pelo mercado de trabalho.

A oferta de títulos de nível superior no Brasil é limitada; a taxa de escolarização líquida de 10,5% é uma das mais baixas do mundo e faz o sistema brasileiro ser classificado, internacionalmente, como de elites, segundo o índice de Martin Trow² (CARVALHO, 2006, p. 11). A baixa cobertura na educação superior intensifica a seletividade, especialmente nas instituições públicas de ensino que são as mais procuradas.

À elevada seletividade acrescenta-se a seguinte assimetria: entre os estudantes que freqüentavam o ensino superior no ano de 2002, 53,8% possuíam renda familiar superior a cinco salários mínimos e 8,2% tinham renda de até dois salários, enquanto entre famílias brasileiras apenas 5,7% apresentam rendimento superior a cinco salários e 78,1% situam-se na faixa de até dois salários mínimos (PNAD/IBGE/2002 apud MOTA; CASSIANO; CHAVES, 2006, p. 16). Há, portanto, uma inversão na representatividade da população no ensino superior de acordo com o nível de renda, isto é, a minoria da população, com níveis elevados de renda predomina no ensino superior, e a maioria, que são os que possuem renda menor que três salários mínimos, encontra-se dele alijada ou participando de forma minoritária.

A desigualdade de acesso ao ensino superior é, conforme a Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI, um dos grandes desafios e dificuldades a serem superados pelos sistemas de ensino “em todos os lugares”, pois a espetacular expansão do número de matrícula a partir da segunda metade do século XX foi acompanhada “pelo aumento das diferenças de oportunidades educacionais dentro dos próprios países, inclusive em algumas das nações mais ricas e desenvolvidas” (UNESCO, 1998, p. 11).

Como as desigualdades relacionadas à condição de classe transmutam-se em desigualdades de acesso ao ensino superior? Que elementos configuram as trajetórias de estudantes de classes populares que permitiram o ingresso em carreira universitária? Essas questões serão respondidas com base na matriz de Pierre Bourdieu sobre a relação entre sistema de ensino e estrutura de classe e nos resultados da pesquisa realizada junto a estudantes de classes populares pertencentes ao curso de Serviço Social da UFPI.

2 DAS DESIGUALDADES SOCIAIS ÀS DESIGUALDADES DE ESCOLARIZAÇÃO

A desigualdade escolar entre as classes sociais foi evidenciada nos anos de 1960 pelo teórico francês Pierre Bourdieu e constitui um modo de interpretar a relação entre

2 O índice de Martin Trow, conforme Carvalho (2006, p. 11) “estabelece três categorias de sistema de ensino superior, a partir da taxa de escolaridade líquida” [...]: de elite, quando inferior a 15%; de massas, entre 15% e 50%, e universal, quando acima de 50%.

sistema de ensino e estrutura de classe que rompe com a ideologia da escola “libertadora”. Segundo Bourdieu, o sistema de ensino opera sobre os estudantes uma seleção “natural”, na qual os dotados dos instrumentos de apropriação dos conteúdos escolares, no geral, em condição econômica favorecida, estão mais aptos a obter sucesso nos processos de seleção escolar e a ter uma escolarização prolongada com ingresso na universidade.

Os processos seletivos para acesso ao ensino superior, sejam aqueles feitos diretamente através do vestibular, sejam aqueles processos indiretos realizados ao longo da escolaridade, pesam com rigor desigual sobre os sujeitos das diferentes classes sociais, eliminando aqueles de menor renda ou aqueles, quase sempre os mesmos, que freqüentaram a escola pública. Perpetua-se, assim, nos termos de Bourdieu (1992, p. 234), uma “lei geral de eliminação”, uma espécie de “seleção natural social”, em que se adaptam ao meio aqueles que são mais aptos e, por isso, “superiores”.

Essas seleções privilegiam aqueles cujas características sociais e escolares distanciam-se das características da população tomada em seu conjunto. Os privilegiados têm maiores chances de estar representados no nível superior de ensino em face das propriedades que dispõem, em especial, as econômicas, e também pelos investimentos em educação escolar e em práticas e bens que aumentam a sua rentabilidade.

A definição do destino escolar dos sujeitos e a conformação de suas trajetórias nas instituições de ensino estão intimamente relacionadas aos bens que eles possuem, sobretudo as propriedades econômicas e culturais. A posse de propriedades culturais favorece, segundo Nogueira e Nogueira (2004, p. 60-61), o desempenho escolar porque facilita “a aprendizagem dos conteúdos e códigos escolares”. A aproximação com os conhecimentos tidos como legítimos e a convivência com a língua culta no cotidiano do universo familiar, explicam esses autores, “funcionariam como uma ponte entre o mundo familiar e a cultura escolar” e propiciariam “melhor desempenho nos processos formais e informais de avaliação”, porque os comportamentos, estilo de falar e de escrever, exigidos pelo sistema escolar, só podem ser cumpridos por aqueles socializados conforme essas regras e valores, os culturalmente favorecidos, mas a escola pressupõe e age como se todos possuíssem essas competências.

Tradicionalmente, o sistema de ensino é entendido como um “conjunto de mecanismos institucionais ou habituais pelos quais se encontra assegurada, ‘a conservação de uma cultura herdada do passado’” (BOURDIEU, 1992, p. 296). Numa sociedade de classe, isso significa pensar que as famílias das diferentes classes e a escola colaboram harmoniosamente para a transmissão de um patrimônio cultural que é de todos indistinta e indivisamente.

Todavia, as desigualdades de acesso aos graus mais elevados de ensino mostram que, numa sociedade de classe, os bens culturais, como todos os bens, são

distribuídos de forma desigual. A estrutura de distribuição das classes ou frações de classe, conforme Bourdieu (1992), segundo a parcela reservada aos consumos culturais, corresponde, no geral, à estrutura de distribuição do capital econômico e do poder. Os que ocupam as posições mais altas na hierarquia do capital econômico e do poder destinam maior percentual de suas rendas ao consumo cultural; porquanto, as práticas culturais, como as classes, se organizam em inferiores, médias e superiores. Destarte, as práticas que exigem disposição cultivada são praticadas por aqueles melhor situados na estrutura de classe (leitura, teatro, concerto, museus, cinema de arte).

Por conseguinte, ao tratar os diferentes como iguais, o sistema de ensino faz com que se apoderem do capital cultural que transmite apenas os que possuem os códigos de decifração, isto é, os instrumentos de apropriação dos bens culturais. Esses, portanto, são apropriados pelos que já os detêm, permitindo que o capital cultural retorne às mãos do capital cultural. Nessa lógica, os ideais democráticos de igualdade e justiça social, sob os quais se assenta o sistema de ensino, dissimulam a função de reprodução social que esse exerce na sociedade de classe (BOURDIEU, 1992; 2002a).

Processos de seleção como o vestibular, assentado no princípio da meritocracia e da equidade, servem como máscara e justificativa para a indiferença às desigualdades diante do ensino, da cultura e da renda. Nos termos de Bourdieu (1998, p. 53), “a equidade protege melhor os privilégios do que a transmissão aberta aos privilegiados”. Desse modo, mesmo em contexto de expansão da educação superior, permanecem reduzidas as chances dos desfavorecidos econômica e culturalmente chegarem a esse nível de ensino, sendo reduzido o percentual dos jovens universitários de classes populares.

Como estudantes com reduzido volume de propriedades econômicas e culturais conseguem obter longevidade nos estudos com ingresso em carreira universitária? Que elementos de sua trajetória autorizaram sua entrada na educação superior? Essas questões são respondidas a seguir a partir dos dados empíricos obtidos junto a estudantes de origem socialmente desfavorecida matriculados entre o quinto e último período no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí.

3 TRAJETÓRIAS ESCOLARES DE UNIVERSITÁRIOS DE CLASSES POPULARES

Os cinco investigados foram identificados entre os estudantes de classes populares do curso de Serviço Social (cerca de 19%) a partir dos resultados da pesquisa de Iniciação Científica que investigou as propriedades econômicas e culturais dos estudantes

desse curso³. Para definição dos sujeitos foram considerados os seguintes indicadores de condição social desfavorecida: escolaridade dos pais — não escolarizados ou com ensino fundamental incompleto; nível de ocupação sócio-profissional dos pais — ocupações manuais; renda familiar — de até três salários mínimos; tipo de estabelecimento em que cursou o ensino fundamental e médio — ambos da rede pública de ensino.

Numa breve caracterização, os sujeitos investigados têm origem rural (quatro dos cinco); possuem pais com profissões que variam entre agricultor, serviços gerais, pedreiro e vigia, e mães que desempenham atividades domésticas não-remuneradas e artesanais — todas ocupações com baixos rendimentos; pais e mães cursaram apenas as séries iniciais do ensino fundamental ou não possuem escolaridade (há dois casos de pais que sabem apenas escrever o nome e uma mãe analfabeta). Os investigados concluíram os estudos (nível fundamental e médio) em escolas da rede pública de ensino; três ingressaram na universidade após o segundo ou terceiro vestibular e duas foram aprovadas na primeira vez em que o realizaram, uma para mais de uma instituição pública e outra em faculdade privada. Em diferentes momentos do percurso escolar, conciliaram estudo com outras atividades não escolares (técnica em contabilidade, bolsista — bolsa trabalho, empregada doméstica, Religiosa); e contaram com apoio de terceiros (amigos, parentes, conhecidos, patrões) para realizar os estudos e ingressar na universidade.

São estudantes com reduzido volume de capitais (econômico, cultural) e, por conseguinte, ocupam posições dominadas no espaço social e caracterizam-se, segundo essas propriedades, como membros das classes populares, isto é, constituem um grupo social desfavorecido, em termos socioeconômicos e culturais, e tendem a compartilhar práticas e atitudes.

O ingresso de estudantes das classes populares no ensino superior foi investigado a partir dos itinerários escolares reconstituídos com base nos seguintes elementos: condições objetivas de escolarização (contexto familiar, início dos estudos, oportunidades, escolas freqüentadas), processo escolar (continuidade, ruptura, resultados), e participação da família e de outros grupos de referência no itinerário do estudante. Esses são parâmetros que, segundo Portes (2000), Viana (2000) e Zago (2006), permitem compreender o prolongamento da escolarização nos meios populares.

Verificou-se que as trajetórias reconstruídas se entrecruzam e se distanciam, à medida que se assemelham em alguns aspectos e se distinguem em outros. São semelhantes:

³ A pesquisa intitulada “A herança cultural dos alunos do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí: pista para superação de alguns problemas na formação profissional”, realizada do período de 2004 a 2006 com apoio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica da UFPI e Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq).

- o tipo de organização familiar — dos cinco investigados quatro pertencem a famílias em que convivem pai, mãe e filhos (família do tipo nuclear). Isso favoreceu algum tipo de acompanhamento na escolaridade das estudantes por parte de seus pais, especialmente da mãe, responsável pelos afazeres domésticos e cuidados com os filhos. O acompanhamento aparece na realização das tarefas nas séries iniciais; na vigilância e controle sobre a conduta dos filhos e em relação aos estudos; na mobilização da rede de relações sociais para viabilizar os estudos ou assegurar melhores padrões de qualidade.
- a presença de uma ordem moral doméstica — noções de ordem, responsabilidade, controle e bom comportamento gradualmente inculcados nos estudantes são responsáveis por gerar comportamentos favorecedores do êxito escolar, especialmente em configurações com reduzido volume do capital diretamente rentável ao sucesso escolar, que é o capital cultural. Entre os investigados a ordem moral doméstica consta no intenso controle sobre seus comportamentos e condutas por parte de seus mantenedores (controle no ciclo de amizades, restrições quanto às saídas noturnas e controle do tempo de estudos), das responsabilidades incumbidas no espaço doméstico (ajuda nas atividades do lar e/ou cuidado com os irmãos mais novos), e da dedicação e esforço dos pais para garantir sustento da família e a escolarização dos filhos.
- a inserção em configurações sociais culturalmente favorecidas — os sujeitos experimentaram dois tipos de universos sociais: as famílias de origem, em que a escassez de capital cultural era compensada por um forte *ethos* (conjunto de comportamentos e condutas favorecedores à educação escolar), e as famílias que os abrigaram, marcadas por uma atmosfera cultural favorecida. A convivência em espaço social no qual o investimento em educação era constata e expresso em condutas e comportamentos pró-ativos em relação ao estudo nutriu o *ethos* favorável à educação nos que já o possuíam, e o fez surgir quando inexistia a disposição para o empreendimento escolar. Além disso, possibilitou o acesso a bens culturais (livros), a informações rentáveis ao percurso escolar (carreiras, processos de seleção vestibular e mudança de instituição de ensino), e alargamento dos horizontes em relação aos estudos.
- a mobilização de capitais ligados à rede de relações sociais para favorecimento da escolaridade — esse foi recurso constante nas trajetórias reconstruídas. Em alguns casos, contou com iniciativa dos pais: identificaram

os parentes que podiam contribuir para educação dos filhos, enviavam os filhos para a casa de conhecidos ou parentes para a realização dos estudos ou acesso a melhores padrões de qualidade no ensino. Em outros casos, foram as próprias interessadas, às vezes dando continuidade ao trabalho dos pais, outras vezes, tomando a dianteira: solicitando recursos para melhoria do empreendimento escolar à pessoa mantenedora (custeio de cursinho e mensalidade em faculdade privada); apropriando-se de valioso capital de informações sobre o funcionamento do sistema educacional e usufruindo bens culturais (como livros), disponibilizados nesses espaços.

O prolongamento na escolaridade dos estudantes investigados deve-se, portanto, a confluência de fatores, já identificados em outros estudos, como favorecedores à escolarização nas classes populares (PORTES, 2000). Entretanto, tomando as trajetórias estudadas a partir da forma de ingresso na universidade, vestibular ou processo de transferência, verifica-se que o percurso escolar das três estudantes que ingressaram em instituição pública através do vestibular guardam diferenças em relação às demais. Os aspectos comuns entre aquelas que ingressaram na Universidade Federal do Piauí por meio do processo vestibular e que as distinguem das demais são:

- a regularidade e linearidade nos estudos — a escolarização dessas estudantes ocorreu sem interrupções ou grandes atrasos, tendo uma, inclusive, iniciado os estudos aos três anos de idade. Contrariamente, os itinerários das demais registram situações de grande atraso no fluxo escolar (uma iniciou os estudos aos dezessete anos) ou ruptura desse.
- os resultados escolares acumulados ao longo do percurso escolar — as entrevistadas que ingressaram na UFPI por meio do processo vestibular acumularam resultados escolares elogiáveis, o que, em alguns casos, a fez querida entre os professores e, em outros, propiciou êxito nos processos seletivos aos quais se submeteu e garantiu o apoio da rede de parentesco mais ampla para continuar os estudos. Esses foram responsáveis por gerar nas estudantes um moral elevado e que levava a crer na possibilidade de ingresso em carreira universitária através do processo de seleção do vestibular.
- a persistência em prestar o vestibular — a aprovação no vestibular na primeira vez em que o realizaram ocorreu apenas entre uma entrevistada (essa teve uma trajetória diferenciada em termos de início da escolarização e estabelecimentos de ensino). As demais, apesar dos bons resultados acumulados, tiveram uma educação precária em termos da qualidade do ensino e não obtiveram sucesso em seu primeiro vestibular. Isso, contudo,

não as desmotivou; ao contrário, incitou a maior dedicação para alcance do objetivo visado, o de ingresso na universidade. A dedicação era expressa no tempo e no investimento financeiro dispensado à preparação para o exame vestibular, a despeito da difícil condição material.

4 CONCLUSÃO

Os elementos que conformam a escolaridade das estudantes indicam que a dificuldade em ingressar na universidade por meio do processo vestibular foi maior conforme menor o tempo disponível para dedicarem-se aos estudos, mais baixos os padrões de qualidade nos estabelecimentos de ensino aos quais tiveram acesso e o tipo de ensino realizado (médio regular, supletivo ou profissionalizante). Isso evidencia a seletividade na educação superior sobejamente constatada em vários estudos e objeto de políticas públicas.

Os estudantes de origem desfavorecida que ingressam na UFPI reúnem características escolares e culturais que os distinguem das classes populares, ainda que em diferente medida, o que contribuiu para a longevidade nos estudos. Aqueles com maior número de características raras à sua categoria social ingressaram na UFPI através do sistema de mérito; já aqueles que, apesar das vantagens possuídas, estão mais próximos das características das classes populares foram aprovados em vestibulares de instituições com menor prestígio e seletividade, e, posteriormente, ingressam na UFPI através do processo de transferência.

As chances de acesso e as formas de acesso à instituição de ensino superior pública diferenciam-se entre os estudantes conforme suas condições objetivas de escolarização e proximidade da sua trajetória escolar com a dos estudantes de origem socialmente favorecida. Em suma, a política de educação superior, através dos processos de seleção e avaliação, contribui para a conservação das desigualdades socioeconômicas e culturais, por conseguinte para a reprodução da estrutura de relação entre as classes.

REFERÊNCIAS

BOUDIEU, Pierre. A Escola Conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs). **Escritos de Educação**. Trad. Aparecida Joly Gouveia. 4. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002a, p. 39-64.

BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. In: _____. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz (português de Portugal). 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002b, p. 07-16.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida. Política pública e a democratização do acesso à educação superior: desafios e limites. In: SEMINÁRIO NACIONAL UNIVERSITAS /BR, 12, 2006, Campo Grande. **Educação Superior no Brasil 10 anos pós-LDB**. Campo Grande, 2006, sp (CD-ROM).

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio M. Martins. **Bourdieu & Educação**. Belo Horizonte: 2004, p. 33-84 (Coleção Pensadores & Educação, v. 04).

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI**. Trad. Amós Nascimento. Piracicaba: UNIMEP, 1998.

PORTES, Écio Antônio. O trabalho escolar das famílias populares. In: NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo; ZAGO, Nadir. **Família e Escola**: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p.61-80.

RISTOFF, Dilvo; GIOLO, Jaime. A educação superior no Brasil: Panorama Geral. In: _____. **Educação Superior Brasileira**: 1991 – 1994. Brasília: INEP/MEC, 2006.